



ORBIS

Boletim do
LEPEB-UFF



VOL.3 – Nº 9
MAIO-AGOSTO/2025
ISSN: 2965-2235

O corolário Trump e as garras do tigre de papel: um balanço histórico-estrutural do declínio do império norte-americano (1970–2025)

*Marcello de Souza Freitas **

O segundo mandato de Donald Trump tem sido interpretado como expressão de uma política externa caótica e disruptiva, atribuída às idiossincrasias pessoais do presidente. Embora esses elementos não sejam irrelevantes, tal leitura tende a obscurecer a dimensão estrutural e histórica do fenômeno. Este artigo busca ir além de respostas personalistas e analisar o significado político e estratégico do governo Trump no contexto das transformações estruturais da ordem internacional contemporânea, em meio a um longo processo de declínio relativo da hegemonia dos Estados Unidos (EUA). Nesse sentido, argumenta-se que a política externa de Trump representa uma resposta defensiva e radicalizada de uma potência em desgaste, já privada do poder estrutural e simbólico que outrora sustentaram sua hegemonia. Trata-se de uma análise qualitativa, ancorada na Economia Política Internacional estrutural-crítica, aplicada ao contexto histórico da política externa norte-americana entre 1970 e 2025.

Crise hegemônica e reconfiguração sistêmica (1970–1990)

É importante começar esta análise na década de 1970, pois foi o período em que os EUA enfrentaram o primeiro grande desafio à sua hegemonia, pelo menos no bloco ocidental, consolidada após a Segunda Guerra. Contudo, o acúmulo dos custos de manutenção dessa hegemonia, emergência da Europa Ocidental e Japão como concorrentes industriais, os choques do petróleo de 1973 e 1979 e ampliação do número de Estados no sistema internacional (após a descolonização) passaram a erodir a, até então, incontestável liderança norte-americana (Saraiva, 2012) – apontando sinais de uma “sobre extensão imperial” (Kennedy, 1991).

A resposta dos EUA a esse contexto adverso, de declínio relativo, evidenciou um poder estrutural capaz de reconfigurar a ordem internacional favoravelmente aos seus interesses. O Choque Nixon, em 1971, ao romper com a conversibilidade do dólar em ouro e com o regime de câmbio fixo, inaugurou um sistema financeiro mais flexível, centrado na primazia do dólar (Fiori, 2008). Em 1979, o Choque Volcker aprofundou essa reconfiguração ao elevar abruptamente os juros, reforçando o poder financeiro norte-americano e subordinando países centrais e periféricos por

meio de uma “diplomacia do dólar forte” (Tavares, 1985).

Geopoliticamente, essa recomposição hegemônica foi reforçada pela aproximação estratégica entre EUA e China. Conduzida pelo pragmatismo da *realpolitik* de Henry Kissinger, a estratégia explorou a clivagem sino-soviética em favor dos interesses norte-americanos. Assim, a normalização das relações bilaterais, o reconhecimento da República Popular da China na ONU (1971) e visita de Nixon a Pequim (1972), abriram caminho para a integração gradual chinesa ao capitalismo; reforça pelas reformas de Deng Xiaoping. O efeito sistêmico foi o enfraquecimento estratégico da União Soviética (URSS), que perdeu um pilar central de sua órbita geopolítica em meio à intensificação da Guerra Fria (Saraiva, 2012).

Esses fatores possibilitaram uma reconfiguração e reafirmação da hegemonia norte-americana ao longo dos anos 1980; que assumiu sua etapa financeira. A partir daí, os EUA acumularam suficiente poder econômico, político, militar e simbólico para reorganizar a economia-mundo capitalista; impulsionando a expansão do neoliberalismo e impondo a URSS uma corrida armamentista insustentável (numa retomada da guerra fria) – que levou ao seu colapso em 1991 e, conseqüente, ascensão dos EUA como potência hegemônica (Fiori, 2008; Saraiva, 2012).

O Momento unipolar e sua autodestruição (1990–2008)

Na década de 1990, os EUA passaram a sustentar uma superioridade militar, econômica, tecnológica e simbólica insuperáveis. Essa espécie de “momento unipolar”, intensificado pela globalização da ordem liberal-capitalista, suscitou, inclusive, anúncios triunfalistas como o de “fim da história” e “nova ordem mundial”. Contudo, a “uni-multipolaridade” representava melhor o pós-guerra fria, na medida em que a hegemonia americana tinha certa mediação de instituições multilaterais (como a ONU) e consentimento de outros polos de poder (como Rússia e China) – como ficou comprovado pelo amplo apoio internacional à campanha dos EUA na Primeira Guerra do Golfo (1991) (Messari e Nogueira, 2005).

Esse padrão de exercício hegemônico com aparência de consentimento e legitimidade – pilares do soft power norte-americano – é alterado na virada do século, quando os EUA assumem uma liderança mais unilateral, coercitiva e centrada no hard power. O marco dessa inflexão foram os atentados de 11 de setembro de 2001; que, ao iniciar a “Guerra ao Terror”, criou justificativas “imperiais” para a intervenção no Afeganistão. Ampliadas, sobretudo, na guerra do Iraque (2003) –

conduzida com limitado respaldo internacional, justificativas falsas e através de “choque e pavor”. Apesar dessas ações evidenciarem um ápice da hegemonia americana, o excessivo exercício desse poder imperial produziu elevados custos políticos e simbólicos; que passaram a corroer as suas bases de legitimidade e soft power (Nye, 2005).

Esse processo foi aprofundado pela crise financeira global de 2008. A crise, desencadeada pela desregulamentação do sistema financeiro norte-americano, foi ironicamente debelada pelo Estado; deixando como rastro o empobrecimento da classe média americana, inédita acumulação de renda no chamado 1% e exportação de recessão para o resto do mundo. O que abalou profundamente a ordem liberal, ao expor as fragilidades da liderança norte-americana; gerando movimentos, principalmente no Sul Global, de contestação e desacoplagem desse sistema. Esse colapso financeiro dos EUA expressou um esgotamento do seu poder estrutural e supremacia econômica que sustentavam sua hegemonia nessa etapa final do ciclo sistêmico de acumulação do pós-guerra fria (Arrighi, 2007; Krugman, 2010).

A ascensão do “resto” e a reação norte-americana (2008–2024)

Em meio aos desdobramentos da crise financeira de 2008, e da própria hegemonia americana, ganha força a ascensão econômica de países do Sul Global – o que Fareed Zakaria descreveu como “ascensão do resto” (Zakaria, 2008). O ponto é que a crescente projeção econômica, política e geoestratégica dessas potências emergentes passou a criar alternativas viáveis aos EUA, fora da estrutura de poder ocidental; abrindo a possibilidade de formação de uma nova ordem multipolar. Portanto, surge no pós-crise de 2008 um novo quadro de declínio relativo norte-americano, diferente dos anos 1970; na medida em que surge novos polos de poder, em meio a diminuição da capacidade estrutural de Washington reverter esse novo ciclo de transição hegemônica.

Nesse contexto, o processo de ascensão da China é o mais significativo. Impulsionado pelas reformas de 1978 e entrada na OMC em 2001, foi no pós-2008 que esse processo deslanchou. A eficiente resposta do Estado chinês à crise, garantiu ao país taxas elevadas de crescimento; mesmo em meio a recessão global – o que garantiu à China se afirmar como um novo centro das cadeias globais de produção, comércio, investimento e inovação. Essa ampliação do poder estrutural da China se expressa, por exemplo, na “Iniciativa Cinturão e Rota”; e sua recente

ramificação tecnológica e cultural (Jabbour et al., 2021).

Os BRICS – como foro de articulação do Sul Global – representa outro marco; por sua importância geoestratégica e crescente perfil contra-hegemônico. Iniciativas como o NBD, Arranjo Contingente de Reservas, uso de moedas locais e sistemas próprios de pagamento criam alternativas à preponderância da estrutura financeira ocidental e hegemonia do dólar. Assim como a recente expansão do grupo amplia seu peso geoeconômico e geopolítico e papel como vetor da construção de uma nova ordem multipolar (Freitas, 2024; Stuenkel, 2021).

A recente aproximação estratégica sino-russa representa um poderoso vetor da “ascensão do resto”, por combinar o poder econômico e tecnológico da China com a capacidade militar, energética e geoestratégica da Rússia (Hawkins, 2025). O fato é que a formação dessa aliança representa uma profunda derrota diplomática para os EUA, pois desmonta a bem-sucedida estratégia Nixon-Kissinger (dos anos 1970) de impedir o surgimento de um eixo contra-hegemônico na eurásia, capaz de se contrapor à hegemonia americana. O surgimento dessa “amizade sem limites” sino-russa cria um poderoso obstáculo ao poder estrutural dos EUA, limitando sua capacidade de impor um novo “reset” sistêmico; igual ao dos anos 1980.

A partir daí, a reação norte-americana à ascensão do Sul Global passou a priorizar cada vez mais a via *hard power*, como um último recurso de poder; em meio ao agravamento do seu declínio relativo. Assim, apesar da eleição de Barack Obama (em 2008) levantar a expectativa de reversão do unilateralismo da Doutrina Bush e restauração do *soft power* dos EUA, a sua política externa manteve muitas das diretrizes anteriores; focando na contenção dos seus desafiantes – sem um uso tão extensivo de sua força militar. Como ficou expressado no uso de drones e militares privados, no projeto *Rebalance to Asia* e vigilância global da NSA. Contudo, essa estratégia de segurança surtiu pouco efeito na reversão do quadro de transição hegemônica, além de aprofundar a erosão *soft power* do país - revelando um agravamento dos limites estruturais da restauração da liderança norte-americana (Brands, 2016; Ikenberry, 2011).

Esse fato explica a eleição de Donald Trump (em 2016), como uma resposta ainda mais agressiva ao declínio dos EUA. Além de uma expressão dos desdobramentos domésticos da crise de 2008, que deixaram um rastro de desindustrialização, desemprego, desestruturação institucional e radicalização da sociedade americana. Assim, o lema “Make America Great Again” prometia uma violenta restauração da liderança americana perdida, por meio de coerção

econômica, pressão político-militar e confronto aberto à ascensão da China e BRICS – conforme defendido pela Estratégia de Segurança Nacional de 2017 (Brands, 2018).

Contudo, os efeitos políticos, econômicos e sociais da pandemia do Covid 19 não apenas frearam o “MAGA”, como reforçaram o perfil pós-imperial dos EUA (Todd, 2024). Esse fato, abriu caminho para Joe Biden, em 2020; que buscou restaurar a imagem e legitimidade da política externa dos EUA; sem, contudo, mudar seus objetivos estratégicos e foco no *hard power* (Jakštaitė-Confortola, 2022). O acúmulo de fracassos dessa política – como a caótica saída do Afeganistão e ineficácia das sanções contra a Rússia – evidenciou a incapacidade desse governo de reafirmar a hegemonia americana; abrindo espaço para a volta de Trump ao poder.

O segundo governo Trump e a radicalização da gestão do declínio hegemônico

Trump volta ao poder, em 2025, por meio de retórica extremista, desinformação e promessa de ser o líder forte capaz de restaurar a grandeza americana. Assim, em meio a desagregação e radicalização do cenário político dos EUA, e intensificação do seu declínio relativo frente à China, a retomada do projeto “MAGA” ganha contornos ainda mais agressivos e militaristas (Sanches, 2025); em prol da restauração da hegemonia norte-americana.

Esse “Corolário Trump” – inspirado na Doutrina Monroe e registrado na Estratégia de Segurança de 2025 – tem como diretriz a contenção, por todos os meios, da projeção internacional dos BRICS e, principalmente, da China (nos campos econômico, tecnológico, comercial e militar). Essa decisão estratégica parece mais estrutural do que somente uma expressão da visão egocêntrica e autoritária de Trump; pois expressa a percepção de que as atuais limitações do poder estrutural dos EUA tornam o unilateralismo e intensificação do *hard power* como últimos recursos de contenção da transição hegemônica em curso – principalmente enquanto os EUA ainda mantem uma insuperável superioridade militar (Nicas, 2025).

Nesse sentido, o “tarifaço” pode ser entendido como uma guerra comercial contra o mundo, tendo China e BRICS como focos prioritários; mas também aliados, como UE e Canadá. Essa coerção antiliberal parece não apenas buscar reafirmar a supremacia comercial americana, como quebrar as cadeias globais de produção (cada vez mais favoráveis à China) e renacionalizar o setor produtivo norte-americano (que se globalizou) – passos fundamentais para a restauração do poder

estrutural dos EUA. No entanto, os efeitos mostram-se contraproducentes: pressões inflacionárias internas, deterioração da imagem internacional dos EUA e reforço da China como centro dinâmico do comércio global (Amiti et al., 2026).

Contudo, é no plano geopolítico que essa política se mostra mais diretamente belicosa. Esse é o caso, principalmente, da pressão militar sobre Irã e Venezuela; mas incluindo também a campanha de subjugação da América Latina como sua zona de influência direta e ameaças contra Canadá, Groenlândia e OTAN. Até o momento, essa agressividade parece não surtir os efeitos estruturais desejados; pois, além de ampliar a instabilidade e desordem globais, tem destruído a imagem dos EUA – ao passo que reforça o *soft power* da China (como polo econômico alternativo estável e confiável) e papel contra-hegemônico do BRICS (BBC, 2026).

Conclusão

Portanto, Trump 2 opera como uma fase mais radicalizada de um processo histórico de declínio hegemônico dos EUA, em curso desde os anos 1970. Diferentemente de crises anteriores, a atual transição ocorre em um ambiente com alternativas sistêmicas concretas (como China e BRICS), em meio a uma profunda diluição do poder estrutural dos EUA; o que limita a capacidade norte-americana de, mais uma vez, reorganizar a ordem internacional ao seu favor. Assim, resta ao Trump apostar na “diplomacia do caos” para forçar um “reset” sistêmico, que freie essa transição hegemônica; correndo o risco de ativar a famosa “armadilha de Tucídides”. Resta agora observar, ao longo desses três anos remanescentes desse governo, o desenrolar desse jogo no “grande tabuleiro”.

Referências:

- Amiti, M., Flanagan, C., Heise, S., Weinstein, D.E., 2026. Who Is Paying for the 2025 U.S. Tariffs? **Liberty Street Economics**. <https://doi.org/10.59576/lse.20260212>
- Arrighi, G., 2007. **O Longo Século XX: Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Contraponto.
- BBC, 2026. Os recados de Trump sobre Groenlândia, Venezuela e tarifas a líderes globais em Davos em meio a escalada de tensão. **BBC News Brasil**. URL <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cwynpzezskjo> (acessado 2.13.26).
- Brands, H., 2018. **American Grand Strategy in the Age of Trump**. Brookings Institution Press, Washington, D.C.
- Brands, H., 2016. Barack Obama and the Dilemmas of American Grand Strategy.

The Washington Quarterly 39, 101–125.
<https://doi.org/10.1080/0163660X.2016.1261557>

Fiori, 2008. Economia Política Internacional e Teoria das Relações Internacionais. **Chá com bolachas...** URL
<https://chacombolachas.wordpress.com/2008/03/08/economia-politica-internacional-e-teoria-das-relacoes-internacionais/> (acessado 2.12.26).

Freitas, M. de S., 2024. A expansão dos BRICS em meio desordem global: os novos desafios para a política externa brasileira e inserção internacional autônoma do Brasil. **Mural Internacional** 15, e83323–e83323.
<https://doi.org/10.12957/rmi.2024.83323>

Hawkins, A., 2025. China and Russia pledge to deepen ties as they criticise US on Victory Day. **The Guardian**.

Ikenberry, G.J., 2011. **Liberal Leviathan: The Origins, Crisis, and Transformation of the American World Order**. Princeton University Press.

Jabbour, E., Gabriele, A., Schettino, F., Correa, R., Martins, C.E., Belluzzo, L.G., 2021. **China: o Socialismo do Século XXI**, 1ª edição. ed. Boitempo Editorial, São Paulo, SP.

Jakštaitė-Confortola, G., 2022. US Foreign Policy during the Biden Presidency: A Reset in the US Approach towards the EU Strategic Autonomy?, in: **European Strategic Autonomy and Small States' Security**. Routledge.

Kennedy, P., 1991. **Ascensão e Queda Das Grandes Potências**, 5ª ed. ed. Campus/Elsevier, RJ.

Krugman, P., 2010. **A Crise de 2008 e a Economia da Depressão**. Elsevier.

Messari, N., Nogueira, J.P., 2005. Teoria das Relações Internacionais - Correntes e Debates, 1ª edição. ed. GEN Atlas, Rio de Janeiro.

Nicas, J., 2025. The 'Donroe Doctrine': Trump's Bid to Control the Western Hemisphere - **The New York Times**. URL
<https://www.nytimes.com/2025/11/17/world/americas/trump-latin-america-monroe-doctrine.html> (acessado 2.13.26).

Nye, J.S., 2005. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. PublicAffairs, New York.

Sanches, M., 2025. Primeiras medidas de Trump e os planos prioritários anunciados na posse. **BBC News Brasil**. URL
<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c5y7g25yljyo> (acessado 2.13.26).

Saraiva, J.F.S. (Ed.), 2012. **História das relações internacionais contemporâneas: Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**, 2ª Edição. ed,

Coleção Relações Internacionais. Ed. Saraiva, São Paulo.

Stuenkel, O., 2021. **The BRICS and the Future of Global Order**, 2nd ed. ed. RlpG/Galleys, Lanham Boulder New York London.

Tavares, M.D.C., 1985. A retomada da hegemonia norte-americana. Brazil. **J. Polit. Econ.** 5, 157–167. <https://doi.org/10.1590/0101-31571985-2005>

Todd, E., 2024. **La défaite de l'Occident**. Gallimard, Paris.

Zakaria, F., 2008. **O Mundo Pós-Americano**, 1ª edição. Companhia das Letras.

*Doutor em Política Internacional pela Aberystwyth University (País de Gales) e professor da Unilasalle-RJ. E-mail: marcello_soufrei@yahoo.com.br